

Sumário

Apresentação da Obra.....	1
Prefácio da 4ª Edição.....	3
Capítulo I – Introdução.....	5
Antes e depois do Código de Trânsito (Lei Federal n. 9.503/97): as drásticas cifras de mortes por acidentes de trânsito no Brasil.....	5
Capítulo II – O Direito Penal do Trânsito e a Evolução	
Histórica de Nossa Legislação Nesse Tema.....	11
1. Noção.....	11
2. Antecedentes Históricos Remotos.....	15
3. Antecedentes Remotos de Nossa Legislação de Trânsito.....	17
4. Antecedentes Próximos do Código de Trânsito de 1997	19
Capítulo III – Das Normas Gerais Aplicáveis aos Crimes	
de Trânsito e dos Crimes de Trânsito em Espécie	23
1. As Normas Gerais: Arts. 291 a 301, do Código de Trânsito	23
1.1. Regra de Integração.....	24
1.2. Aplicação da Composição Civil Extintiva da Punibilidade, da Transação Penal e da Exigência de Representação ao Crime de Lesão Corporal Culposa de Trânsito e a Supressão do Art. 291, Parágrafo Único, em Sua Redação Primitiva.....	24
2. As Controvérsias Resultantes da Primitiva e Truncada Redação.....	25
3. A Interpretação Que Prevalecia.....	25
4. A Supressão do Parágrafo Único, do Art. 291, e a Nova Previsão do Parágrafo 1º, I, II e III.....	26
5. Cabimento da Composição, em Sentido Lato, sem o Efeito de Extinguir a Punibilidade	26

6. Embriaguez ao Volante e Racha Não São Mais Infrações de Menor Potencial Ofensivo. Somente o Crime de Lesão Corporal Culposa Continua a Ser Crime de Menor Potencial Ofensivo	27
7. Resumo das Consequências do Art. 291, Parágrafo 1º, I, II e III, do Código de Trânsito	27
7.1. Somente o Delito do Art. 303 (Lesão Corporal Culposa de Trânsito) Comporta os Três Institutos (Composição Civil Extintiva da Punibilidade, Transação Penal e Exigência de Representação da Vítima)	27
7.2. Embriaguez ao Volante e Racha (Arts. 306 e 308, do Código de Trânsito): Não Cabimento da Exigência de, Representação da Composição Civil Extintiva da Punibilidade e da Transação Penal	28
7.3. Observações sobre o Cabimento da Suspensão Condicional do Processo nos Crimes de Lesão Corporal Culposa de Trânsito, Embriaguez ao Volante e Racha (Arts. 303, 306 e 308, do Código de Trânsito (Este em Sua Forma Simples).....	28
7.3.1. Observações sobre o Cabimento da Substituição do Art. 44, do Código Penal, nos Crimes de Trânsito, do ‘Sursis’ do Art. 77 e Seguintes, do Código Penal, e do Regime Inicial Aberto	29
7.3.1.1. As Novas Condições para as Penas Restritivas de Direitos, Trazidas pela Lei 13.281/16, no Art. 312-A, do Código de Trânsito	31
7.3.1.1.1. Atividades a Serem Estabelecidas pelo Juiz ao Aplicar a Substituição da Pena Privativa da Liberdade por Restritivas de Direitos, nos Crimes de Trânsito, por Força do Art. 312-A, Trazido pela Lei 13.281, de 2016.....	32
7.3.1.1.2. Noção	32
7.3.1.1.3. Atividades Especiais para o Autor de Crimes de Trânsito.....	33

7.3.1.1.4. Crítica à Prestação de Serviços nas Atividades Elencadas. Da Relativização da Obrigatoriedade de Sua Aplicação. Proposta de Viabilização de Aplicação do Preceito	34
7.4. Cabimento da Transação Penal e da Suspensão Condicional do Processo (Arts. 76 e 89, da Lei 9.099/95) nos Crimes de Trânsito.....	35
7.4.1. Crimes Passíveis de Transação Penal	35
7.4.2. Crimes Passíveis de Suspensão Condicional do Processo	36
7.5. Obrigatoriedade do Inquérito Policial.....	37
7.5.1. Alcance	37
7.6. O Parágrafo 4º, Acrescentado pela Lei 13.546/17, que Remete ao Art. 59, do Código Penal.....	37
8. A Suspensão ou Proibição da Obtenção do Direito de Dirigir	38
8.1. Alcance.....	39
8.2. A Suspensão do Direito de Dirigir e o Motorista Profissional: Posições sobre o Tema.....	39
9. Duração da Penalidade de Suspensão ou Proibição de Obtenção da Permissão ou Habilitação.....	43
9.1. Alcance.....	43
9.2. A Imprescindível Fundamentação das Decisões	45
9.3. Intimação para Entrega da Habilitação e Não Cumprimento da Suspensão Enquanto o Sentenciado Estiver, por Efeito de Condenação Penal, Recolhido a Estabelecimento Prisional (§§ 1º e 2º)	45
10. A Medida Cautelar de Suspensão da Permissão ou Habilitação e de Proibição de Sua Obtenção.....	46
10.1. Alcance.....	46
10.2. Cabimento do Recurso em Sentido Estrito da Decisão que Conceda ou Negue a Medida.....	48
11. Comunicação da Suspensão ou Proibição de Obtenção da Permissão ou Habilitação	48

11.1. Alcance.....	48
12. Reincidência em Crime de Trânsito: Aplicação Obrigatória da Penalidade de Suspensão da Permissão ou Habilitação.....	49
12.1. Alcance	49
13. A Multa Reparatória.....	50
13.1. Alcance Limitado ao Prejuízo Material	50
13.2. Não Cabimento da Multa Reparatória na Sentença, se Não Houver Pedido no Curso da Ação Penal e Discussão da Matéria no Processo.....	51
13.2.1. Constitucionalidade da Multa Reparatória.....	51
14. Circunstâncias Agravantes da Pena dos Crimes de Trânsito.....	52
14.1. Agravantes Especiais da Pena dos Crimes de Trânsito	52
14.1.1. Grave Dano Potencial para Pessoas ou Patrimônio de Outrem	52
14.1.2. Utilização de Veículo sem Placas ou com Placas Falsas ou Adulteradas.....	54
14.1.3. Falta de Permissão ou Habilitação e Habilitação para Veículo de Categoria Diversa.....	54
14.1.4. Exercício de Atividade Profissional que Imponha Cuidados Especiais no Transporte de Pessoas e de Cargas	55
14.1.5. Veículo com Adulteração de Equipamentos ou Itens de Segurança	55
14.1.6. Sobre Faixa Temporária ou Permanente de Pedestres.....	55
15. Do Cabimento do Perdão Judicial nos Crimes de Trânsito, Embora Tenha Sido Vetado o Art. 300, que o Previa Expressamente.....	56
16. Não Imposição de Prisão em Flagrante e Inexigibilidade de Fiança ao Condutor que Preste Pronto e Integral Socorro à Vítima	56
16.1. Alcance.....	56
17. Bens Jurídicos Protegidos pelos Crimes de Trânsito	57

17.1. Bem Jurídico-Penal: Conceito Controvertido na Doutrina.....	57
17.2. Bens Jurídicos Protegidos em Cada um dos Crimes de Trânsito.....	60
18. Classificação Doutrinária dos Crimes de Trânsito: Crimes de Dano, de Perigo (Abstrato e Concreto) e Omissivos	62
19. O Concurso entre os Crimes de Trânsito: Algumas Considerações.....	75
Capítulo IV – Os Crimes de Trânsito	79
1. O Crime de Homicídio Culposo de Trânsito.....	79
1.1. Bem Jurídico Tutelado	80
1.2. Sujeitos do Crime	80
1.3. Condutas.....	80
1.3.1. Constitucionalidade da Figura Típica.....	82
1.4. Voluntariedade	83
1.5. Consumação e Tentativa	84
1.5.1. A Reparação do Dano: Efeitos.....	84
1.6. Ação Penal.....	86
1.7. Causas Especiais de Aumento de Pena.....	87
1.7.1. Noção	87
1.8. O Homicídio Culposo Qualificado pela Participação em Corrida, Disputa, Competição Automobilística ou Exibição ou Demonstração de Perícia, Preceito Revogado pela Lei 13.281, de 4 de Maio de 2016	88
1.8.1 O Crime de Homicídio Culposo sob a Influência de Álcool ou de Qualquer Outra Substância Psicoativa que Determine Dependência, Trazido pela Lei 13.546, de 19 de Dezembro de 2017 (Vigência a Partir de 19 de Abril de 2018)	89
1.9. Causas Especiais de Aumento de Pena: Consequência	90
1.10. Homicídio Doloso, por Participação em Racha, Não É Crime de Trânsito, Mas Crime Doloso contra a Vida	91

1.11. Embriaguez, Isoladamente, Não Prova o Dolo Eventual	101
1.11.1. Embriaguez Pode Apontar para o Dolo Eventual: Compete ao Tribunal do Júri a Decisão.....	102
1.11.2. Nota Doutrinária sobre o Dolo Eventual.....	103
1.11.3. Distinção entre Dolo Eventual e Culpa Consciente	105
1.11.4. Compete ao Tribunal do Júri Decidir se Há Dolo Eventual ou Culpa Consciente	107
1.11.4.1. Dolo Eventual em Acidentes de Trânsito	111
1.12. Execução Provisória da Pena, por Homicídio Culposos de Trânsito, em Face de Decisão Condenatória Confirmada em Segunda Instância	112
1.13. Cabimento do Acordo de Não Persecução Penal em Crime de Homicídio Culposos de Trânsito.....	114
2. O Crime de Lesão Corporal Culposa de Trânsito	117
2.1. Bem Jurídico Tutelado	117
2.2. Sujeitos do Crime	117
2.3. Condutas	118
2.4. Voluntariedade	118
2.5. Consumação e Tentativa	118
2.5.1. Reparação do Dano: Efeitos.....	119
2.6. Ação Penal.....	119
2.6.1. Ação Penal no Crime de Lesão Culposa de Trânsito Praticada por Policial Militar em Serviço ou em Local Sujeito à Administração Militar: Pública Incondicionada.....	120
2.7. Causas de Aumento de Pena.....	121
2.8. Lesão Corporal Culposa Grave ou Gravíssima, Qualificada pela Alteração da Capacidade Psicomotora em Razão da Influência de Álcool ou Outra Substância Psicoativa que Determine Dependência.....	122
3. Crime de Omissão de Socorro de Trânsito	124
3.1. Bem Jurídico Tutelado	124

3.2. Sujeitos do Crime	125
3.3. Condutas.....	126
3.3.1. Elemento Normativo “Por Justa Causa”	126
3.4. Voluntariedade	126
3.5. Consumação e Tentativa	126
3.5.1. Caracterização do Crime em Caso de Morte Instantânea.....	127
3.6. Ação Penal.....	128
4. Crime de Evasão do Local do Acidente para Evitar Responsabilidade Penal ou Civil	128
4.1. Bem Jurídico Tutelado	129
4.1.1. Inconstitucionalidade Declarada do Preceito: Tema Controvertido Resolvido pelo STF	129
4.2. Sujeitos do Crime	135
4.3. Voluntariedade	135
4.4. Consumação e Tentativa	136
4.5. Ação Penal.....	136
5. Crime de Embriaguez ao Volante.....	136
5.1. Bem Jurídico Tutelado	138
5.2. Sujeitos do Crime	139
5.3. Condutas.....	140
5.4. Voluntariedade	141
5.4.1. A Teoria da Ação Livre na Causa (<i>Actio Libera In Causa</i>)	142
5.5. Consumação e Tentativa	143
5.6. Condutas que Configuram o Crime e Meios de Prova. O Parágrafo 4º, Acrescentado ao Art. 306, pela Lei nº 13.840, de 06 de Junho de 2019.....	143
5.6.1. A Jurisprudência sobre os Meios de Prova do Delito.....	155
5.6.2. Ausência de Contraprova Oferecida pelo Acusado	158
5.7. Crime de Perigo Abstrato e Constitucionalidade do Preceito.....	159
5.8. Questões Relacionadas ao Etilômetro ou Bafômetro.....	161

5.9. Revogação do Art. 34, da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41)	165
5.10. A Importância da Operação Lei Seca em Todo o Brasil	166
6. Crime de Violação da Suspensão ou da Proibição de se Obter a Permissão ou a Habilitação para Dirigir Veículo Automotor	167
6.1. Bem Jurídico Tutelado	167
6.2. Sujeitos do Crime	168
6.3. Condutas	168
6.4. Voluntariedade	170
6.5. Consumação e Tentativa	170
6.6. Ação Penal.....	170
7. Crime de Competição ou Disputa Automobilística Não Autorizada (Racha).....	171
7.1. Bem Jurídico Tutelado.....	172
7.2. Sujeitos do Crime	173
7.3. Condutas.....	173
7.3.1. Manobras de Exibição de Perícia: Não se Trata de Crime de Autoria Plúrima ou de Concurso Necessário	174
7.4. Voluntariedade.....	179
7.5. Consumação e Tentativa.....	179
7.6. Ação Penal	180
7.7. Crime Qualificado pela Lesão Corporal de Natureza Grave	180
7.7.1. Cabimento do ANPP (Acordo de Não Persecução Penal) em Competição Não Autorizada ou Racha com Lesão Corporal Grave (CTB, Art. 308, § 1º).....	181
7.8. Crime Qualificado pelo Resultado Morte.....	181
7.9. O Conflito Aparente de Normas que Inicialmente Existiu entre o Racha Qualificado pelo Resultado Morte e a Figura Típica do Art. 302, § 2º, do Código de Trânsito (Homicídio Culposo Qualificado pela Embriaguez ou pelo Racha), Revogada pela Lei 13.281, de 4 de Maio de 2016	182

7.9.1. Consequências Decorrentes da Revogação do Art. 302, § 2º, do Código de Trânsito: o Agente Responderá pelo Crime de Racha Qualificado, se Afastadas as Hipóteses de Dolo Direto ou Eventual.....	185
7.9.1.1. Possibilidade de Concurso de Crimes entre o Racha e o Homicídio Culposos, se a Morte Não se Verificar Durante a Participação no Racha, no Mesmo Contexto ou em Virtude da Disputa ou Competição Não Autorizada.....	185
7.10. Revogação do Art. 34, da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688/41) pelo Art. 308, do Código de Trânsito	186
8. Crime de Direção Não Habilitada, Gerando Perigo de Dano.....	187
8.1. Bem Jurídico Tutelado	188
8.2. Sujeitos do Crime	189
8.3. Condutas.....	189
8.4. Voluntariedade	190
8.5. Consumação e Tentativa	190
8.6. Ação Penal.....	191
8.7. Revogação da Contravenção do Art. 32, da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41).....	191
8.8. Direção com CNH Vencida: Não Caracterização do Delito.....	193
9. Crime de Permissão, Confiança ou Entrega da Direção a Pessoa Não Habilitada ou sem Condições de Dirigir com Segurança.....	193
9.1. Bem Jurídico Tutelado	195
9.2. Sujeitos do Crime	195
9.3. Condutas.....	195
9.4. Voluntariedade	197
9.5. Consumação e Tentativa	197
9.6. Ação Penal.....	198
9.7. Derrogação do Art. 32, da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41)	198

10. Crime de Velocidade Incompatível em Determinados Locais	199
10.1. Bem Jurídico Tutelado	200
10.2. Sujeitos do Crime	200
10.3. Conduta	200
10.3.1. Elemento Espacial	202
10.4. Voluntariedade	203
10.5. Consumação e Tentativa	203
10.6. Ação Penal.....	203
10.7. Crime de Perigo Concreto.....	203
10.8. Derrogação do Art. 34, da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41)	204
11. Crime de Fraude Processual de Trânsito.....	204
11.1. Bem Jurídico Tutelado.....	204
11.2. Sujeitos do Crime	204
11.3. Condutas.....	205
11.4. Voluntariedade.....	206
11.5. Consumação e Tentativa	207
11.6. Ação Penal.....	207
12. Questões de Concurso sobre os Crimes de Trânsito, Comentadas	208
Referências Bibliográficas	219